



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-11 – Informação & Saúde

SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL

INTEGRAL HEALTH OF LESBIANS, GAYS, BISEXUAL, TRAVESTIS AND TRANSEXUAL IN BRAZIL

João Paulo dos Santos Garcia – Universidade Federal de Alagoas
Nelma Camêlo de Araujo – Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O trabalho proposto, mas ainda em construção, objetiva “analisar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil como fonte produtora de informação”, construindo um conhecimento que possibilite compreender como as informações transmitidas por essa política pode ajudar aos profissionais da área frente aos desafios encontrados. A discussão na área da Ciência da Informação sobre o assunto ainda é incipiente conforme constata Viana e Oliveira. Inicialmente foi realizado um levantamento das pesquisas disseminadas no GT-11 informação & Saúde, ao longo dos seus 8 (oito) anos, e constatou-se que apenas 2(dois) artigos foram publicados.

Palavras-Chave: Informação em saúde. Política de saúde. LGBT.

Abstract: The proposed work, but still under construction, aims to “analyze the National Integral Health Policy of Lesbians, Gay, Bisexual, Transvestites and Transsexuals in Brazil as a source of information”, building a knowledge that allows us to understand how information transmitted by this policy can help professionals in the area facing the challenges encountered. The discussion in the area of Information Science on the subject is still incipient, as noted by Viana and Oliveira. Initially, a survey of research published in GT-11 information and health was conducted over its 8 (eight) years, and it was found that only 2 (two) articles were published.

Keywords: Health information. Health Policy. LGBT.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge das reflexões acerca da transmissão da informação sobre sexualidade, mais precisamente as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), diante da existência de vários atos normativos, legislação, e pareceres de regulação sobre os princípios constitucionais fundamentais ao ser humano, como é o caso do direito à saúde, especificamente a saúde da população LGBT, que emerge como ramificação do direito principal, que é a “saúde global da pessoa”.

Conforme LAURENTI (1984) A Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a homossexualidade no hall da Classificação Internacional de Doenças (CID) no ano de 1977, caracterizando-a como uma doença mental. Após vários estudos e uma não conclusão de como esse transtorno mental se desenvolvia, a Associação Americana de Psicologia passou a orientar os profissionais das mais variadas áreas a evitarem o preconceito e falsos estigmas, fazendo com que a OMS ao revisar o seu manual em maio de 1990, retirasse da classificação de doenças a homossexualidade. Possibilitando vários estudos nas décadas de 90 e 2000.

No Brasil, a partir de 2009, a política de saúde volta-se também para o atendimento a população LGBT. Frente a isso, nos questionamos: como se deu a constituição dessas políticas no Brasil? Como os cientistas da informação vêm discutindo a produção científica nessa área? E mais importante ainda, qual a implicação da informação transmitida por essas políticas para os profissionais que atuam na área, mediante aos desafios encontrados na prática profissional? Esses e outros questionamentos nos fará refletir sobre a importância da informação frente às políticas de saúde para a população LGBT.

Para tal, buscamos como objetivo geral da pesquisa em andamento, “analisar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil como fonte produtora de informação”. Para alcançar esse objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) abordar o percurso histórico da implantação das políticas públicas de saúde para a população LGBT desde a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, até a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT; b) dialogar com a produção científica da temática LGBT, referente aos trabalhos publicados na área da Ciência da Informação, especificamente aqueles divulgados nos Anais do GT-11 do ENANCIB; c) apresentar a importância da informação transmitida por estas políticas de saúde frente aos desafios para os profissionais da área.

2 DESENVOLVIMENTO

A sexualidade é abordada pela medicina, antropologia, biologia, história, psicologia, cada área do conhecimento discutindo-a de acordo com sua peculiaridade. A biologia e a medicina com um estudo biológico e fisiológico; a antropologia e a história tratam da evolução cultural, o percurso histórico do desenvolvimento da sexualidade; a sociologia traz a sexualidade compreendida pela sociedade e a psicologia aborda os aspectos da constituição, orientação e identidade sexual, além das questões morais que estão presentes nesse processo. Essa diversidade de áreas nos propõe estudar e compreender a sexualidade em um novo campo de conhecimento que é a sexologia. (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 2008).

Deve-se considerar a sexualidade como um fenômeno que é construído socialmente e historicamente e não como uma evidência natural do ser humano. Ela será constituída a partir da abordagem das leis, costumes, regras e normas que variam no tempo e no espaço em que o ser humano está inserido. Sendo essa constituição da sexualidade regida pelos modos culturais da sociedade que a organiza e controla.

[...] a sexualidade aparece no ser humano desde muito cedo, e que as suas primeiras manifestações não têm caráter genital, mas trata-se mais da organização do impulso da libido, que, mais tarde, será fundamental na busca do prazer sexual. É por isso que costumamos denominar sexualidade esse processo, para dar-lhe um conteúdo mais amplo que sexo, no sentido mais estrito do termo (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 2008, p. 234).

Ao falarmos de sexualidade, devemos pensar também em continuidade, pois a sociedade constantemente passa por transformações morais que acabam por regular a conduta das pessoas e isso influencia diretamente no debate da sexualidade no âmbito da modernidade, bem como ao longo dos tempos. Para Silva (2009, p.1).

Durante muito tempo, o sexo e a sexualidade foram tratados como um tema proibitivo e inibitivo, algo que nunca deveria ser comentado. Todo esse tabu em volta do tema, fez construir uma visão cheia de mitos e preconceitos, sem uma compreensão real da sexualidade, propiciando assim a elaboração de um determinismo biológico, engessando e normatizando “comportamentos” a partir de discursos religiosos e cientificistas de caráter homogeneizador.

Ao analisamos a sexualidade, não como um processo biologista pertencente ao ser humano, mas como parte de um processo sócio histórico construído pelas pessoas,

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

mediante as interações sociais, percebemos que vários fatores influenciam a contextualização do tema, como aborda Kahhale (2009, p. 179-180).

A sexualidade é um processo simbólico e histórico, que expressa à constituição da identidade do sujeito, como ele vive a questão da intimidade (público versus privado); da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo na qual se insere). Portanto, a expressão sexual é multideterminada, dinâmica e histórica, tanto individual como coletivamente.

A vida não se limita a cores rosa e azul, ela é não binária e as pessoas são diversas. Têm aquelas que não se identificam com o sexo biológico, nascem como menina ou como menino, mas não se reconhece como tal. Partindo do pressuposto que gênero é construído socialmente e não nascido com a pessoa, aqueles que não se identificam com o sexo que nasceram e não se sentem reconhecidos no fenótipo masculino ou feminino, são meninos que se reconhecem meninas e meninas que se reconhecem meninos.

Por muito tempo essa identidade foi tratada como algo desviante, hoje essas pessoas se organizam e lutam para serem reconhecidas como cidadãs dignas de direito. Direitos básicos, como o direito de ter um nome. Buscando o básico que é o respeito, o acesso ao trabalho formal, uma vida digna sem exclusão e o acesso a saúde sem discriminação.

Direitos como mudança de nome e de sexo não são amparados por leis, somente por interpretações e decisões judiciais, é por isso que acessá-los, às vezes, leva tempo. Essa marginalidade jurídica faz com que os transexuais sejam vistos como pessoas que praticam um crime, quando na verdade eles têm uma inadequação físico-psicológica, ou seja, corpo físico de homem e status psicológico de mulher ou vice-versa.

Mapeando a produção científica na área da Ciência da Informação, Viana e Oliveira (2017) refletem sobre a produção científica sobre LGBT no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, contemplando as áreas de Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Interdisciplinar e Linguística, Letras e Artes, mais especificamente seus respectivos cursos de pós-graduação, no período de 2000 a 2016.

A pesquisa dos autores considera que “Destaca-se ser este um dos poucos trabalhos dessa natureza realizado na Ciência da Informação, não obstante a constatação que muitos estudos podem ser desenvolvidos ampliando e fortalecendo as discussões acerca de novos temas” (VIANA; OLIVEIRA, 2017, p.18).

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Um ponto importante é entender que a informação passou a ser estudada pelas mais diversas áreas do conhecimento, dentro dos seus traços teóricos e epistemológicos. Porém, a discussão sobre o assunto da pesquisa permeará o contexto da informação ao grupo LGBT no campo da saúde, percebe-se que essa abordagem ainda é incipiente no próprio GT-11 do ENANCIB, permitindo uma discussão relevante na área.

2.1 Percurso Metodológico

Para o desenvolvimento da pesquisa será considerada como aplicada, descritiva, qualitativa e de cunho exploratório, como técnica de investigação, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental.

Aplicada, pois objetiva a utilização de toda informação disponibilizada para construir métodos e transformar a sociedade em que vivemos; descritiva, pois a análise não contará com a interferência dos investigadores, pois buscaremos coletar, registrar e analisar os dados com base nos objetivos propostos para concretude dessa pesquisa; qualitativa, visto que demonstra a imprevisibilidade dos fenômenos, bem como a mutabilidade, a fluência e a instabilidade destes. (CHIZZOTTI, 2006).

Os pesquisadores que adotaram essa orientação se subtraíram à verificação das regularidades para se dedicarem a análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto em que estas se dão (CHIZZOTTI, 2006, p. 78).

Como se trata de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, os pesquisadores estão realizando consulta nas bases de dados na área da saúde, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (BIREME) e aquelas relacionadas a publicações de artigos científicos de abrangência internacional, como a *Web of Science*, dentro da abordagem informação e saúde. Em princípio o trabalho refletiu sobre o levantamento realizado nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), estabelecendo como marco temporal o ano de 2011, ano do surgimento do GT-11 Informação & Saúde até 2018.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

2.2 Resultados Parciais

Como resultados parciais, levantou-se o percurso histórico da implantação das políticas públicas de saúde para a população LGBT, desde antes da criação do Sistema Único de Saúde – SUS em 1990, até a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no ano de 2009, conforme apresentado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Percurso histórico da implantação da Política de Saúde LGBT no Brasil.

FATOS	PERÍODO
A medida que o processo de redemocratização do Brasil avança, o Grupo Somos é reconhecido como precursor da luta homossexual no Brasil.	Década de 70
Ao surgir a epidemia HIV/Aids, à época fortemente relacionada aos gays, o governo brasileiro apoiou mobilizações da população homossexual masculina na prevenção da doença.	Década de 80
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – dispõe de uma sessão só para saúde.	1988
Instituiu o SUS, definindo seus objetivos, competências e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão (Lei nº 8.080, de 19/9/1990).	1990
Com a participação da sociedade civil, o governo institui o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”.	2004
O Ministério da Saúde constituiu, o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, com vistas à construção de uma política específica para o SUS.	2004
A conquista de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT.	2006
13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde.	2007
Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização de governo e da sociedade civil, tanto nas 27 conferências estaduais, como na etapa nacional que reuniu mais de 600 delegados.	2008
Finalmente, ao ser aprovada pelo CNS em novembro de 2009, a Política LGBT, legitima-se como fruto de um amplo processo democrático e participativo.	2009

Fonte: Os autores

Diante do que foi levantado, percebe-se que a efetividade da preconização dos serviços de saúde voltados para a população LGBT, houve uma grande mobilização social, buscando sempre a efetividade de um serviço já inserido na constituição de 1988, quando se tratou sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro.

Quanto a produção científica publicada no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que trata especificamente de “Informação & Saúde” (GT-11), mapeamos o quantitativo de trabalho publicados desde então, bem como os que discutem a temática LGBT, discriminados no Quadro 2, que se segue.

Quadro 2 – Produção Científica no GT 11 – Publicada nos anais do ENANCIB

ANO	TRABALHOS GT – 11 DO ENANCIB	TEMÁTICA LGBT
2011	13	0
2012	23	0

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

2013	20	0
2014	15	0
2015	20	1
2016	11	0
2017	16	1
2018	12	0
TOTAL	130	02

Fonte: Os autores

Analisando as informações constantes no Quadro 2, foram identificados 130 (cento e trinta) trabalhos nos Anais dos ENANCIBs ao longo desses 8 anos, mas apenas 02 (dois) com temática LGBT foram discutidos no grupo, que surge para pensar a informação e saúde. Assim, ainda há muito que se discutir sobre o tema informação, saúde, gênero e sexualidade.

Nascimento, Leite Junior e Pinho, apresentaram no ENANCIB/GT-11 em 2015, o trabalho intitulado: “Tipologias e Classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)”. Os autores realizaram um estudo documental nas edições do manual com o objetivo de apresentar como ao longo dos anos (1952-2013) houve uma ideia de patologizar as práticas, prazeres e desejos sexuais no discurso médico-científico.

O segundo trabalho, das autoras Rodrigues, Silva e Araujo foi apresentado no ENANCIB/GT-11 de 2017 intitulado: “Gênero e Produção Científica: um panorama sobre pessoas transgêneras” que teve o objetivo de delinear a produção científica a nível mundial sobre pessoas transgêneras, através de uma pesquisa bibliográfica no marco temporal 2015/2016 realizada na *Web Of Science* (WOS).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa é que os resultados da pesquisa possibilitem a análise sobre informação e saúde na área da ciência da informação, voltados especificamente para a categoria LGBT, tema essencial para discussão no campo acadêmico, mostrando aos profissionais que atuam frente a essas demandas de saúde, que absorvam o potencial informacional que poderá ser utilizado para superar os desafios encontrados na área da informação e saúde.

Da mesma forma que esse estudo vem reforçar a produção científica sobre a temática em questão, possibilitando que outros pesquisadores possam tomar como norte os

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

resultados dessa pesquisa para iniciar assim outras produções acadêmicas, mesmo que em áreas correlatas, propiciando a renovação de suas ideologias, conceitos e teorias reais nesse processo, consolidando a interdisciplinaridade na qual a ciência da informação preconiza.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>f acesso realizado em 28 de dez. 2018.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters; Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2009.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-347, Oct. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de Ago. de 2019.

NASCIMENTO, Francisco Arrais; LEITE JUNIOR, Francisco Francinete; PINHO, Fabio Assis. Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM). **Anais...** XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB) ISSN 2177-3688. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3097/1271> Acesso em: 15 de Set. de 2019

RODRIGUES, Érica Gomes; SILVA, Cicera Henrique; ARAÚJO, Inesita Soares. Gênero e Produção Científica: um panorama sobre pessoas transgêneras. **Anais...** XVII Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação – ENANCIB 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/105/895> Acesso em: 15 Set. de 2019

SILVA, Helen de Castro. **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. (Org.) Helen de Castro Silva e Maria Helena T. C. de Barros. – Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. 114 p. disponível em : https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf acesso em 27 de dezembro de 2018.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

VIANA, Azilton Ferreira; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **A Produção Científica acerca da temática LGBT: Um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG**. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/182/1087>. Acesso em: 25 Ago. 2019